

-----**ATA NÚMERO 39/2017**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM DEZASSEIS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL  
E DEZASSETE.**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Rui Miguel da Silva Barreto, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Estiveram igualmente presentes nesta reunião, a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Énio Câmara, Sandra Silva e Sandra Machado.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída

em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - Ao iniciar este período o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, fez referência à primeira reunião informal, havida no dia anterior, do Conselho Municipal da Juventude, com os membros que dele faziam parte no mandato anterior, referindo: “Como é do conhecimento de todos, com a realização das eleições, o Conselho Municipal da Juventude finalizou também o seu mandato e, antes de ser criado o novo Conselho, entendemos ser importante ouvir e auscultar os que participaram no mandato anterior, de forma a darem o seu contributo. Como deverão saber também, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional, uma proposta do PSD para alteração do regime jurídico para os Conselhos Municipais da Juventude com mais representantes de vários sectores o que obrigará a uma adaptação futura no regulamento existente, sendo que, para já, informo que será efetuada uma ronda de auscultação às associações, organizações e aos partidos e a constituição do Conselho irá arrancar com o regulamento existente. Seria também importante que a presente informação fosse prestada aos respetivos partidos para que possam participar nestes trabalhos e se possa iniciar este processo o mais breve possível”.-----

----- - Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, e relativamente ao trabalho desenvolvido pela

Câmara no que concerne à saúde quis dar a conhecer o trabalho que tem vindo a ser efetuado pela Autarquia, nomeadamente pela Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, bem como pelo Departamento de Educação e Qualidade de Vida, e, nesse sentido, esclareceu: “Sabemos que as questões da saúde começam na prevenção e não no tratamento. Prevenir a doença, prolongar o tempo de vida útil das pessoas, ajudando-as a terem comportamentos que estimulem e melhorem a sua qualidade de vida é a melhor forma de se trabalhar a saúde”.-----

---Continuando, deu uma visão breve e ampla do trabalho que tem sido desenvolvido na Autarquia e que é enquadrador da interpretação que o Executivo tem para esta área. “Trabalhamos a vários níveis e para diferentes públicos-alvo através da promoção da atividade física para a população em geral; Funchal, Cidade Ativa, desde 2015, dinamizando os espaços ao ar livre da cidade, sejam jardins, piscinas municipais, avenidas ou ruas; Ginásios ao ar livre em locais aprazíveis e descentralizados nas Virtudes, Almirante Reis, Quinta Deão; Dia Mundial da Saúde, realizando-se sessões de rastreio variadas em parceria com entidades de saúde e Juntas de Freguesia que incidem sobre a tensão Arterial (TA), Glicemia, Controlo do Ritmo Cardíaco, Visão, Audição e Equilíbrio. Tem havido muita preocupação com as questões da alimentação, tentando consciencializar as pessoas de que a saúde começa à mesa. Têm sido concedidos apoios financeiros ao associativismo, na área da promoção da atividade física, do desporto, saúde,

planeamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo, o trabalho com as crianças/escolas do 1º ciclo – promoção de comportamentos saudáveis, com atividades variadas e com projetos próprios da Autarquia no âmbito desportivo. Sensibilização para questões fundamentais que são a base do trabalho de prevenção tendo como público-alvo a população em geral. Ações variadas com recursos internos da Autarquia, realização do Festival Cultural Sénior, realização de Conferências no âmbito da Saúde e Envelhecimento Ativo. Conferências com a participação de dois ortopedistas, um cardiologista e dois especialistas na área do envelhecimento. Parceria e participação em ações com diversas entidades e associações no âmbito da saúde, nomeadamente com a Liga Portuguesa contra o Cancro, casa de Saúde São João de Deus, Câmara Pestana entre outras. Estimulação de hábitos de estilos de vida saudáveis com um trabalho diário nos ginásios aos utentes seniores, na prevenção da saúde e promoção de uma mais longa qualidade de vida. Controlo da tensão arterial, cuidados a ter no dia-a-dia, nutrição com duas aulas por semana, só para alunos com diabetes e para alunos com patologias cardíacas, quatro aulas por semana para problemas osteoarticulares, duas vezes por ano, em parceria com a AVASAD, controlo do ritmo cardíaco em atividade física. Existe também uma parceria com a UMA no âmbito do envelhecimento ativo, ajudando a melhorar componentes como o equilíbrio, acuidade visual. Realização de palestras com nutricionistas no âmbito geral da

alimentação saudável e específicas para diabéticos, Projeto “PIS” (Peso Ideal Sénior), realização de testes de avaliação das capacidades físicas e funcionais (Rikli and Jones) e equilíbrio (Fullerton), trabalho intelectual e artístico, no âmbito da promoção da saúde mental e na aposta da estimulação cognitiva (encontros, interações com pessoas e entidades diversas, passeios, arte terapia, música, dança, convívios), promoção da intervenção cívica na vida pública (igualdade de género, democracia participativa, representatividade nas tomadas de decisão), combate ao isolamento e estimular hábitos de vida saudável. Muito deste trabalho é replicado no Centro Comunitário do Funchal, maioritariamente focado na prevenção, sensibilização e rastreio, com parcerias com diferentes entidades, entre as quais se salienta a Universidade de Medicina do Porto. Já na Universidade Sénior do Funchal, apostamos maioritariamente no trabalho intelectual e artístico. Reforça-se, a promoção da saúde mental e a aposta na estimulação cognitiva (encontros, interações com pessoas e entidades diversas, passeios, arte terapia, música, dança, convívios), com o objetivo de se prolongar a qualidade de vida das pessoas na 3ª ou 4ª idade, promoção da intervenção cívica na vida pública (igualdade de género, democracia participativa, representatividade nas tomadas de decisão) e combate ao isolamento. Já na área da SocioHabitaFunchal, o trabalho desenvolvido versa temáticas tão diversas como a Literacia da Saúde, promoção de competências pessoais e sociais,

sensibilizando para comportamentos cívicos e saudáveis, Literacia financeira, associando esta área aos conceitos de nutrição, alimentação equilibrada, higiene e saúde, Consequências de uma má alimentação, Higiene e Segurança alimentar, Higiene pessoal e sua importância na promoção da saúde própria e da família, trabalho em parceria com diferentes entidades e diversas áreas, nomeadamente: desportiva, saúde, segurança social, emprego. Parcerias com a Associação Presença Feminina, por exemplo, na prevenção da natalidade e das doenças sexualmente transmissíveis, no trabalhar a autoconfiança e a autoestima, ajudando a dar segurança nas tomadas de decisão e nos momentos de fazer escolhas na vida, em lidar positivamente com a adversidade, ajudando a enveredar por caminhos saudáveis e não desafiantes ou perigosos. Apostamos, portanto, na prevenção e na promoção da saúde mental e física. Temos um programa virado claramente para a saúde e para a melhoria da qualidade de vida da população, com claras apostas em todos os escalões etários. Temos igualmente um trabalho realizado pelo Departamento de Educação e Qualidade de Vida junto das escolas de todos os ciclos de ensino, bem como com a população adulta: Programa de Educação e Literacia Financeira, “Saber Gerir para Melhor Consumir”. Estabelecimentos de Ensino e outras Instituições participantes. “Recriando Lares”, projeto piloto que a Segurança Social reconheceu como muito válido, aliando-se a ele e enviando pessoas que recebem o Rendimento Social de Inserção, na Quinta Falcão.

“Espelho Meu”, Programa, que recebeu um prêmio da “SIC Esperança” e que está em vigor em Santo Amaro. Promove, ainda, e estimula o empreendedorismo jovem na área da estética, feito, nos diferentes Centros Comunitários, em parceria com diferentes entidades, nomeadamente, o Serviço de Defesa do Consumidor. Trabalho integrado deste conceito de Literacia Financeira, a diferentes campos em que pode ser aplicado: Gestão do orçamento e planeamento financeiro familiar; Culinária; Consumo nas lojas em geral, cuidados a ter; Idas ao supermercado; Racionalização dos consumos de energia elétrica, água, gás; Decoração da casa; Reciclagem de roupas, Reutilização e transformação de materiais; Divulgação dos apoios sociais e dos serviços existentes que apoiam determinados tipos de problemas (ex: Defesa do Consumidor), as Hortas sociais como ferramenta de apoio à economia familiar, a Promoção da saúde, do Planeamento familiar tendo como público-alvo os moradores dos bairros, frequentadores dos Centros Comunitários, pessoas encaminhadas pela Segurança Social, Centros de Emprego entre outras”.

----- - Relativamente a este assunto, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, congratulou-se pela continuidade dada ao trabalho nos ginásios municipais, mormente quer a nível da Universidade Sénior, dos Centros Comunitários, quer inclusive do programa de literacia financeira que foi iniciado.

-----Continuando, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, acrescentou que os projetos têm possibilidade de

continuar se forem dinâmicos e foi o que aconteceu em alguns deles, informando também que, de momento, a Universidade Sénior possuía um espaço próprio na antiga Escola da Azinhaga da Nazaré, onde se efetuava muito trabalho, adaptando os projetos aos contextos.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Joana Afonso, do PSD, questionou acerca da avaliação feita pela AVASAD, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu que a AVASAD fazia a avaliação do esforço físico, duas vezes por ano, em cada ginásio e através de uma parceria com a UMA, era realizada essa avaliação, principalmente no ginásio de Santo António.-----

-----Retomando a palavra, a Senhora Vereadora Joana Afonso, do PSD, questionou, a este propósito, se os técnicos estariam orientados, habilitados e com competências na área para instruir as atividades e se eram dos quadros da Câmara ou se resultavam de parcerias.-----

----- - Respondendo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu que “o trabalho é feito na sua maioria com técnicos da área de educação física, mas são depois estes que contactam, através de parcerias, especialistas nas diferentes áreas.”-----

----- - Interveio a Senhora Vereadora, do PSD, Rubina Leal, para apresentar os requerimentos que abaixo se transcrevem:-----

---“**Pedido de Informação acerca dos lugares de estacionamento em frente à Loja do Cidadão** - As políticas de

mobilidade do Município do Funchal sofreram grandes alterações a partir de 2013. Essas alterações implicaram mudanças visíveis na forma como os funchalenses, e as pessoas que visitam a cidade, se movem nas principais artérias do Funchal. Um dos casos mais flagrantes destas alterações prende-se com a alteração dos estacionamentos em frente da Loja do Cidadão. Devido à enorme concentração de instituições e organismos que prestam serviços à população funchalense, em particular, mas também aos madeirenses em geral, torna-se imperativo proporcionar condições de estacionamento, para facilitar o acesso das pessoas à Loja do Cidadão. A Vereação do PSD, numa lógica construtiva e de melhoria das condições prestadas pela autarquia, suscita as seguintes questões: 1. Passados 4 anos desde a implementação da nova política de mobilidade na cidade do Funchal, foi realizado algum estudo, ou projeto, para aferir a eficácia das medidas tomadas? 2. No que concerne aos lugares em frente à Loja do Cidadão, qual o critério utilizado para estabelecer o número de lugares para motociclos e para automóveis? Esse critério ainda se adequa à realidade da cidade? 3. Está prevista alguma alteração na disposição dos lugares de estacionamento nesse local? A Mobilidade é um assunto sempre pertinente numa cidade com as características do Funchal. Como tal, esta é uma área onde devem ser envidados todos os esforços possíveis, e onde os Vereadores eleitos Pelo PSD à Câmara Municipal do Funchal darão o seu contributo, aferindo, em primeiro lugar, o estado atual das

políticas de mobilidade e apresentando depois soluções, que se traduzam em benefícios para os funchalenses”.

---“**Pedido de Informação acerca dos contratos de prestação**

**de serviços** – A transparência e rigor das contas do Município constituem uma bandeira intransigente da Vereação do PSD à Câmara Municipal do Funchal, devido à importância da boa gestão do erário público. Toda e qualquer questão relativa a esta temática será, como tem sido até aqui, alvo de uma atenção especial por parte da Vereação do PSD. O Orçamento de Estado de 2017 estabeleceu, através do n.º 4, do artigo 49.º, a obrigatoriedade de comunicação da celebração, ou renovação, dos contratos de prestação de serviços. Adiante, o n.º 12 do mesmo artigo, estipula que a comunicação referida anteriormente tem que ser concretizada ao órgão executivo das autarquias, no prazo de 30 dias. Ainda é referido, no n.º 18, que os atos praticados em violação de qualquer ponto do artigo 49.º. São automaticamente considerados nulos. Uma vez mais, face ao exposto no parágrafo anterior e às informações prestadas pelos vereadores do anterior mandato, existem procedimentos que suscitam dúvidas. Nesse sentido, levantam-se as seguintes questões: 1. Os serviços camarários preparam as informações necessárias sobre os contratos de prestação de serviços, a fim de serem disponibilizados aos membros do executivo camarário? 2. Se sim, porque não tem sido comunicado a todos os vereadores a celebração ou renovação deste tipo de contratos? Se não, qual o motivo de não ter sido

pedido aos serviços para preparar as informações necessárias, para proceder de acordo com o estipulado pela lei? 3. Quais os contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados, pela Câmara Municipal do Funchal e em que reunião de Câmara foram comunicados aos vereadores? Devido à complexidade desta matéria, bem como à importância da mesma para a autarquia, os vereadores do PSD requerem as informações acima referidas, denotando o desrespeito, não só pela legislação em vigor, como também pelos vereadores eleitos pelos funchalenses”.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Joana Afonso, do PSD, disse que fora anunciado, na comunicação social, um Programa de Proteção Ambiental da Câmara, questionando o teor do mesmo e quais as temáticas a serem abordadas, uma vez que abrangeria toda a Região, o que, em sua opinião, à partida não faria grande sentido atendendo a que a Secretaria Regional do Ambiente terá também um programa ambiental, através da DROTA, direcionado a todas as escolas da Região, acabando por ser um falso moralismo, acrescentando que “deveríamos estar preocupados, por exemplo, com as questões da água e não com a questão ambiental que abrange toda a Região”.-----

----- - Em relação a esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, informou que “trata-se de uma parceria com o Diário de Notícias, na rubrica “Malta do Diário” em que as escolas do Funchal irão participar com as ações que já desenvolvem. Existe um programa na área ambiental, promovido

pela Câmara, através do Departamento de Educação e Qualidade de Vida, em colaboração com o Departamento de Ambiente, nas escolas da área do Funchal, no entanto, somos convidados, por vezes, por outros municípios para ações de sensibilização e proteção do meio ambiente, assim como também o nosso Departamento de Ambiente, mais concretamente a Estação de Triagem é visitada por várias escolas da Região”.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, disse ser recorrente alguns empresários utilizarem a comunicação social para pressionar as entidades, questionando sobre uma notícia relacionada com o Hotel “Orca Praia”, nomeadamente qual o ponto de situação do processo.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, esclareceu que há cerca de um ano dera entrada um pedido de reavaliação do projeto, no entanto, o processo estaria mal instruído tendo sido solicitado mais elementos acrescentando o facto de serem necessários pareceres externos, sendo que um deles, da DROTA, só dera entrada nos serviços da Autarquia no final de outubro, pelo que após análise, já fora oficiado ao promotor.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu: “Foram noticiados alguns aspetos do Orçamento da Autarquia para o próximo ano, relacionados com taxas, impostos e derrama e pelo facto de não termos uma informação concreta e a auscultação ter sido, sobretudo, unilateral questiono se corresponde à verdade o que foi revelado na imprensa

regional”.-----

----- - Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente respondeu que “a seu tempo irá ser feito a discussão e apresentação de propostas relativas ao Orçamento que está ainda a ser preparado, em particular a questão das receitas e da tributária”.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, abordou, novamente, o pedido efetuado na pretérita reunião relacionado com o Monte.-----

----- - O Senhor Presidente, a este propósito, informou que “estava condicionada a cedência de informação. Foi enviado um ofício ao Ministério Público a questionar se tal matéria poderia ser cedida ou se estaria em segredo de justiça. Obtivemos como resposta do Ministério Público uma informação de que a matéria solicitada não estava em segredo de justiça, pelo que a documentação solicitada está a ser preparada para ser entregue”.-----

-----Seguidamente, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, entregou uma Proposta de Resolução sobre a Revisão do PDM, a fim de ser agendada para a próxima reunião.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente informou que o Senhor Vereador Bruno Martins estaria mandatado para poder auscultar todos os partidos no sentido de recolher os contributos, paralelamente à elaboração que está, neste momento, a decorrer do relatório de ponderação, após o período de discussão pública. Acrescentou ainda que “é intenção deste Executivo que este

documento importantíssimo, no planeamento e na regulação, possa ser alvo de consensos e de convergência daquilo que é uma razão maior de interesse que é a cidade”.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, Rui Barreto, questionou o ponto de situação de dois processos, a saber: pedido de habitação social (E-8896/2003), ao qual nunca foi dada resposta e outro referente a um abaixo-assinado, (2015/27204.2.30.67) a solicitar o alargamento da Vereda do Amparo, que estaria relacionado com questões de acesso e mobilidade. Disse que “uma vez que o Orçamento se encontra em fase de elaboração, poderia haver possibilidade de esta obra ser incluída no Plano Plurianual de Investimentos”.-----

-----Continuando, este mesmo Vereador, e na sequência da aprovação do novo regime jurídico dos Bombeiros Municipais a Bombeiros Sapadores, questionou o ponto de situação do processo e a sua integração na carreira de Sapadores, ao que o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, esclareceu que “neste momento, está a decorrer a fase preliminar da recruta da escola de bombeiros, sendo que no início da próxima semana realizar-se-ão as provas físicas para que posteriormente os candidatos possam iniciar a recruta em janeiro. Nesta semana tivemos alguns contactos, nomeadamente com o Presidente da Associação Nacional de Bombeiros e o Diretor da Escola do Regimento de Sapadores de Bombeiros, aguardando também que a legislação seja adaptada. Estamos a trabalhar no sentido de abrir as

formações necessárias para que as progressões da carreira possam acontecer”.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador do CDS/PP, Rui Barreto, questionou também o ponto de situação dos vários procedimentos concursais que a Autarquia procedera à sua abertura, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu que “estão a decorrer os concursos para juristas, para o financeiro, recursos humanos, cantoneiros e jardineiros, com um total de cerca de mil e duzentas candidaturas, o que implica uma análise rigorosa, sendo que é necessário também respeitar os prazos do CPA. Ainda esta semana, chegaram algumas candidaturas do estrangeiro, daí o facto das listas com os candidatos admitidos e excluídos, ainda não terem sido publicadas”.-----

-----De seguida, o Senhor Vereador do CDS/PP, Rui Barreto, colocou a questão, feita anteriormente pelo Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, acerca da notícia de que estaria praticamente garantido o aumento da taxa da derrama, nomeadamente se este agravamento da derrama será incluído na proposta de Orçamento, ao que o Senhor Presidente disse que a resposta dada anteriormente mantém-se, acrescentando que “foi feita uma primeira ronda de auscultação aos partidos e estamos a fazê-lo com outras entidades da sociedade civil que têm e são representativas do meio empresarial e sindical e vamo-nos reservar uma posição para o momento certo.”-----

-----Ao finalizar, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, quis deixar um reconhecimento pelo facto de que nos últimos quatro anos, a Câmara, reduzir, de forma significativa a dívida. Disse que “a Autarquia encontra-se numa situação favorável, tem saldos correntes de onze milhões de euros e consegue ter através do saldo corrente, financiar despesas de investimento, tem capacidade de endividamento e todo o trabalho feito na redução da dívida e melhoramento dos rácios financeiros, leva-me a dizer que não faz sentido o agravamento da carga fiscal”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – EMPRESAS MUNICIPAIS:**-----

----- - **SOCIOHABITAFUNCHAL – Empresa Municipal de Habitação, E.M. – Definição de Perfil do Administrador Único:** -

Presente a proposta de deliberação, subscrita pela Senhora Vereadora da Confiança, Madalena Nunes, do seguinte teor:-----

---“Considerando que: 1. A SocioHabitaFunchal – Empresa Municipal de Habitação – E.M. (doravante designada por SocioHabitaFunchal E.M.) é uma empresa local na qual o Município do Funchal detém a totalidade do capital social e cuja existência jurídica remonta ao ano de 2005; 2. A SocioHabitaFunchal E.M. conforme estatuído no artº. 4º dos seus Estatutos tem como objeto social: “1.(...) a promoção, a construção e a manutenção do parque habitacional social do Município do

Funchal, gestão e administração do património habitacional municipal, centros comunitários, oficina solidária e outras estruturas sociais, espaços comerciais, polidesportivos, hortas e outras áreas verdes envolventes e outros equipamentos afetos ao património referenciado. 2. (...) Desenvolver quaisquer outras atividades relacionadas com o seu objeto social, designadamente, quando sejam complementares ou subsidiárias das acima referidas e desde que não sejam excluídas por lei, nomeadamente, aquisição, permuta e venda de terrenos ou habitações, bem como equipamentos. 3. A Câmara Municipal do Funchal pode delegar na SOCIOHABITAFUNCHAL, E.M. poderes respeitantes à prestação de serviços públicos”; 3. A Assembleia Geral da SocioHabitaFunchal E.M., na sua reunião de 26 de novembro de 2013, designou o Dr. João Miguel de Freitas Baptista como Administrador Único da SocioHabitaFunchal E.M., para um mandato com a duração de quatro anos e coincidente com a dos órgãos do Município do Funchal; 4. O mandato dos atuais titulares dos órgãos do Município do Funchal teve início a 20 de outubro do corrente ano; 5. Em cumprimento do disposto no n.º 3, artigo 13.º, dos Estatutos desta Empresa Local e do estatuído no n.º 1, do artigo 26.º, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e face ao exposto, torna-se urgente e imprescindível assegurar o regular funcionamento da empresa, procedendo-se à designação do Administrador Único da SocioHabitaFunchal, E.M., competência

que está cometida ao representante da Câmara Municipal, na Assembleia Geral desta Empresa Local; 6. Para cumprimento deste desiderato, e, sendo vontade desta Câmara Municipal propor a designação de um administrador que não pertence aos seus órgãos, o qual auferirá remuneração pelas funções a exercer, impõe-se, por via dos n.ºs 4.º e 5.º, do artigo 30.º da citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugados com o disposto nos n.ºs. 1 e 2, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, diploma que define o Estatuto de Gestor Público, a prévia definição do perfil, experiência profissional e competências de gestão adequadas às funções do cargo, dos quais deve ser dado conhecimento à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), para efeitos de emissão do relatório de avaliação, não vinculativa, do currículo e adequação de competências ao cargo de Administrador Único da SocioHabitaFunchal E.M. Nesta conformidade a Câmara Municipal do Funchal, delibera adotar o seguinte perfil para o Administrador Único para a SocioHabitaFunchal, E.M.: **1. Liderança:** Maior ou menor capacidade de cada um para influenciar o comportamento e atitude de outras pessoas em contexto organizacional; capacidade para liderar projetos/programas/organizações de grande dimensão e com elevado grau de complexidade; capacidade para lidar com situações de pressão e com contrariedades de forma adequada e profissional. **2. Colaboração:** Espírito de equipa e capacidade de comunicação interpessoal e dinamismo; capacidade para

estabelecer acordos e consensos com pessoas e grupos; **3. Motivação:** O cargo exige que o seu titular valorize fortemente os fatores endógenos (interiores à própria pessoa), tais como o próprio interesse pelos desafios do trabalho e a realização pessoal; capacidade para orientar a sua atividade, respeitando os valores éticos e deontológicos do serviço público. **4. Orientação:** Preocupação com o futuro por oposição ao quotidiano. Em que medida coloca o hoje em função do que deverá ser o amanhã. A visão futura da organização condiciona o seu presente; demonstração de uma linha de continuidade de grande desempenho nas áreas da atividade profissional anterior; visão estratégica, capacidade de planeamento. **5. Orientação para Resultados:** O cargo exige que o seu titular revele forte determinação na obtenção de resultados, metas e objetivos. Energia, urgência na ação, capacidade de desafiar os outros e a si próprio, gerindo adequadamente os conflitos de interesse e tentando chegar a resultados positivos prosseguindo o interesse público. **6. Orientação para o Cidadão e Serviço de Interesse Público:** Compreensão do contexto político das questões relacionadas com o planeamento da prestação pública de serviço público em contexto transversal. Forte envolvimento na prestação de um serviço de qualidade aos utentes/clientes em particular nos setores onde a organização atua em representação ou por concessão do Estado. **7. Gestão da Mudança e Inovação:** Adaptabilidade e flexibilidade em situações novas não

enquadradas; capacidade para diagnosticar necessidades de mudança; capacidade para aderir a novos processos de gestão e de funcionamento e apoiar ativamente a sua implementação; dinamismo e sentido empreendedor com visão compreensiva dos contextos diversos para induzir novas soluções para problemas recorrentes. **8. Sensibilidade Social:** Participação em organizações de cariz social e de intervenção a nível social; capacidade para orientar a sua atividade, respeitando os valores éticos e deontológicos do serviço público. Evidência de integridade e idoneidade pessoal. Capacidade para estabelecer acordos e consensos com pessoas e grupos, gerindo adequadamente os conflitos de interesses e tentando chegar a resultados positivos, prosseguindo o interesse público. **9. Experiência Profissional:** Experiência, mínimo de 5 anos de exercício, em direção/coordenação/chefia de serviços ou no exercício de cargos dirigentes e/ou em órgãos de gestão ou de administração. **10. Formação Académica:** Posse de habilitação académica, no mínimo equivalente ao grau de licenciatura, adequada ao exercício das suas funções. **11. Formação Profissional:** Formação profissional complementar em áreas como organização e/ou gestão, tecnologias de informação, procedimento administrativo e outras adequada ao exercício das suas funções. **12. Aptidão para o Cargo:** O cargo exige que o seu titular possua conhecimentos sobre o organismo em causa e capacidade para distinguir o essencial do acessório, verificável através da pertinência e razoabilidade das ações

principais que pensa desenvolver”.-----

--- - Relativamente a este assunto, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu que “atendendo à empresa que é, com um capital social elevado, questiono o facto de, no perfil ser apenas exigido a posse de habilitação académica no mínimo equivalente a licenciatura e com formação na área de gestão e tecnologias da informação, e, quando se faz uma proposta de deliberação para definir um perfil, em regra, acrescenta-se mais algumas características de forma a especificar mais o perfil pretendido”.-----

--- - A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, disse que fora utilizado o modelo e o texto legal da CReSAP.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovado, por unanimidade.-----

## **2 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS:**-----

----- - **Universidade da Madeira (UMa)**: - Foi aprovada, por unanimidade, a seguinte deliberação:-----

---“1. O “IV Encontro Internacional Cinema & Território”, a realizar no Auditório da Reitoria da Universidade da Madeira (UMa), Colégio dos Jesuítas, visa discutir o cinema “*a partir de uma reflexão sobre a utilização dos métodos audiovisuais como instrumentos de observação, registo, transcrição e interpretação antropológica, num estreito diálogo com o conceito de território.*” 2. Neste encontro, que é dirigido ao público em geral, serão debatidas várias temáticas na vertente da estética, política, sociocultural e antropologia, tendo como convidados conferencistas o inglês Ali Syed, os espanhóis Fernando Bãnos Fidalgo e Margarida Ledo

Andión e a portuguesa Maria João Seixas. 3. Foi solicitado pela organização do evento, mais exatamente pelo Secretariado Externo, que o Município se associasse a este mesmo evento com a atribuição de um apoio no valor de 500 € (ver anexo). 4. A organização do evento, dados os inúmeros contactos que acarreta, não permitiu que fosse possível apresentar a candidatura ao apoio municipal nos termos definidos no número 1 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal, no entanto dada a fundamentação supra mencionada, constata-se que se trata de um evento de interesse para o Município do Funchal. 5. A entidade organizadora do evento fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações constantes no Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal, designadamente a apresentar um relatório que demonstre a aplicação das verbas concedidas, assim como a publicitar o apoio ora concedido através da inclusão do logótipo ou brasão do Município do Funchal em todos os suportes gráficos de promoção e divulgação do evento, bem como em toda a informação publicitária difundida nos meios de comunicação social; 6. A verba atribuída pela presente deliberação tem cabimento 4930/2017. Face aos considerandos acima mencionados, tenho a honra de propor que esta Câmara Municipal, ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d) do artigo 4.º, nº 2 do artigo 7.º e número 3.º do artigo 10.º do

Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal, delibere a atribuição, para o ano de 2017, o apoio financeiro de € 500,00, à Universidade da Madeira – FEDER”.

----- - **Sociedade Imprensa Publishing, S.A.**: - A Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, aprovar a deliberação que abaixo se transcreve:-----

---“1. Com o objetivo de incrementar o empreendedorismo e a inovação em áreas tão importantes como o turismo, a Fábrica de Startups e o Turismo Portugal, através da criação de um programa nacional de aceleração de Startups, percorrem 12 cidades do país à procura de soluções criativas e inovadoras que tenham como consequência a dinamização da economia e a diferenciação dos destinos turísticos. 2. O Funchal é uma dessas cidades e um dos objetivos passa por envolver diversos atores locais, designadamente institucionais e principais operadores turísticos da Região, que irão apresentar estratégias, refletir sobre os desafios e os modelos de negócio para soluções inovadoras, alinhadas com a Estratégia 2027, do Turismo em Portugal. 3. O expresso (Imprensa), em parceria com o Jornal Madeira, pretendem desencadear ações paralelas que potenciam os objetivos acima descritos, tendo a capacidade de promover e disseminar a nível local, regional e nacional as iniciativas, as práticas e os conceitos subjacentes ao empreendedorismo e à inovação, ajudando a promover a criação de empresas e de novos produtos. 4. Pelo impacto na economia e pela

necessidade de promover a criatividade, a inovação e empreendedorismo, conduzindo à criação de novas empresas e produtos de elevado valor acrescentado na área do turismo, o Município do Funchal pretende apoiar este evento contribuindo para a colocação do Funchal como epicentro da inovação e do empreendedorismo, a bem da economia local e do desenvolvimento turístico. 5. A organização do evento, dados os inúmeros contactos que acarreta, não permitiu que fosse possível apresentar a candidatura ao apoio municipal nos termos definidos no número 1 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal, no entanto dada a fundamentação supra mencionada, constata-se que se trata de um evento de interesse para o Município do Funchal. 6. A entidade organizadora do evento fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações constantes no Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal, designadamente a apresentar um relatório que demonstre a aplicação das verbas concedidas, assim como a publicitar o apoio ora concedido através da inclusão do logótipo ou brasão do Município do Funchal em todos os suportes gráficos de promoção e divulgação do evento, bem como em toda a informação publicitária difundida nos meios de comunicação social; 7. A verba atribuída pela presente deliberação tem cabimento 4931/2017. Face aos considerandos acima mencionados, tenho a honra de propor que esta Câmara Municipal, ao abrigo das alíneas u), do nº

1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea d) do artigo 4.º, n.º 2 do artigo 7.º e n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal, delibere a atribuição, para o ano de 2017, o apoio financeiro de € 39.000,00, à sociedade Imprensa Publishing, S.A. para a realização, no Funchal, da edição do Tourism Ideation Week”.-----

--- - Em relação a esta questão, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou o facto de a proposta omitir por completo a StartUp Madeira e o facto da proposta de deliberação não especificar objetivamente os valores do apoio o que, em sua opinião, parece um pouco vago, ao que o Senhor Presidente informou que “não podemos no apoio que damos, especificar um apoio específico à SartUp Madeira. Este evento tem duas componentes, uma em que a StarUp Madeira estará mais presente, com a criação de debates e grupos de trabalho, num tema mais global. A relação de apoio da Autarquia é com a Fábrica de StarUps e a Imprensa e com certeza deverão existir outros parceiros. Está também claro as fases do projeto e os objetivos em três momentos, um primeiro, com a antecipação e promoção do evento, enquadrando os temas e procurando fomentar a participação do público, um segundo, com um painel de vários convidados para debaterem o tema e um final com a publicação e publicitação das conclusões deste evento”.-----

--- - Por sua vez a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD,

questionou o custo total do evento, ao que o Senhor Presidente respondeu que a Câmara apoiará com o referido montante, mediante a proposta de parceria feita, não sabendo qual o valor total do mesmo.-----

--- - Intervindo, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, referiu: “Este tipo de eventos é muito importante e deverá ser valorizado e a Câmara poderia ser um promotor deste tipo de iniciativa. De qualquer modo, seria conveniente, que em todos os eventos e/ou atividades que a Autarquia seja solicitada a participar, fosse efetuado a produção de um relatório à posteriori do evento, o número de pessoas envolvidas, o alcance que o mesmo teve e deveria mensurar o retorno versus o valor do investimento, solicitando que após o evento, seja produzido um relatório com esta informação”-----

--- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente informou que todos os apoios que são concedidos a atividades de interesse municipal, estão balizados num regulamento e terão, obrigatoriamente, de proceder à elaboração de um relatório com a análise e o balanço dessa atividade sendo esse procedimento válido para todas as atividades de interesse municipal apoiadas pela Autarquia.-----

### **3 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL – Isenção de Taxas:---**

----- - **Atelier de Dança, Música e Artes:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, na presença do pedido formulado pelo Atelier de Dança, Música e Artes (proc. I-33601/2017) e da informação da Divisão Jurídica (refª 590/DJF/DJ/2017), aprovar a cedência do

Teatro Municipal Baltazar Dias, com isenção de taxas, para a exibição do espetáculo denominado “Animaballet”.-----

----- - **Orfeão Madeirense**: - Acompanhado da informação do Departamento Jurídico (refª 586/DJF/DJ/2017), foi presente o pedido do Orfeão Madeirense (proc.º I-30417/2017), solicitando a isenção de taxas municipais pelo uso do Teatro Municipal Baltazar Dias, para a realização dum Concerto comemorativo do 98.º aniversário, tendo a Câmara aprovado, por unanimidade.-----

#### **4 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – Isenção de Taxas:-----**

----- - **Fábrica Paroquial de São Roque**: - Relativamente ao pedido formulado pela Fábrica Paroquial de São Roque (proc.º 57879/17), para a isenção de taxas municipais devidas pela colocação de trinta (30) mastros no Caminho de São Roque, por ocasião da festa em honra de Nossa Senhora da Conceição, a Câmara, tendo por base a informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (refª. 2206/DOT/DMT/2017), deliberou, por unanimidade, deferir.-----

#### **5 – ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO:-----**

----- - **Atribuição do direito de exploração de espaço localizado no Teatro Municipal Baltazar Dias – Adjudicação**: - Em presença do relatório final respeitante ao concurso acima designado, a Câmara deliberou, por maioria, com votos contra do PSD e abstenção do CDS/PP, adjudicar o direito de exploração do espaço localizado no Teatro Municipal Baltazar Dias, a “LDL – Exploração de Bares, Lda.”, pelo valor mensal de € 6.510,00 (seis

mil quinhentos e dez euros), acrescido do IVA.-----

--- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias de Gouveia, do PSD, disse “Sendo este um espaço apetecível por várias empresas e sabendo que o valor da adjudicação é substancialmente maior, questiono se não deveria ter sido ao contrário pois se fosse um concurso aberto, com certeza, teriam surgido mais concorrentes, questionando também, e tendo em conta o valor atribuído compensatório, se inclui a ocupação do espaço na Avenida Arriaga ou esta ocupação do espaço terá que ser alvo de licenciamento a posteriori, bem como quais as razões e os critérios por esta opção e se a Autarquia fez diligências no sentido de outros concorrentes apresentarem propostas”.-----

--- - Intervindo e sobre esta questão, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que parte destas questões foram abordadas aquando da abertura do procedimento concursal. “Trata-se de uma concessão por quinze anos e foi elaborado no sentido de evitar que o espaço ficasse deserto no concurso e quando se requer oito anos de experiência, constitui uma salvaguarda e dará garantias que a concessão será efetuada. Em termos de projeto de licenciamento, não existe uma aprovação tácita do mesmo, pois este carece de licenciamento por parte do Departamento de Ordenamento do Território e de entidades externas, como por exemplo, da Direção Regional de Cultura. Em termos de ocupação do espaço exterior, terá que ser feito o seu licenciamento à semelhança de outros espaços na cidade. Em

relação a fazer uma prospeção, acrescento que não compete à Câmara este tipo de atividade. Está a ser feita uma renovação da concessão de acordo com o previsto na lei, por um prazo que é considerado adequado, com uma melhoria incluída na concessão, com um investimento que vai dar dignidade a um espaço comercial num espaço nobre da cidade e foram tidos todos os cuidados para evitar que, por um lado, evitasse situações que não se coadunam com a nobreza do espaço, por outro lado, garantir a sustentabilidade durante todo o período da concessão”, frisou.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Votamos contra, no seguimento da anterior tomada de posição pelo PSD e toda a oposição, de que este tipo de concurso, com os requisitos impostos, não permitiria a apresentação de muitas candidaturas, aliás como veio a acontecer, tendo-se confirmado a justificação o que levou ao voto contra na abertura deste concurso e em coerência, só podemos voltar a votar contra.”-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,  
Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 528/2017, publicada nos locais de estilo.